NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 02/08/2013 - Edição 869

Especialistas mostram em seminário por que dizer não ao PL 4330

Seminário realizado no sindicato dos bancários de Brasília debate efeitos nocivos do PL 4330

Há quase uma década o Projeto de Lei 4330, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), agora sob análise da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, é uma grave ameaça aos direitos dos trabalhadores, colocando em risco toda a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para aprofundar o conhecimento sobre o tema e fortalecer a luta para derrubar este projeto em favor dos trabalhadores, dezenas de dirigentes sindicais da base da CUT Brasília participaram, nesta quinta-feira (1°/08), do Seminário sobre Precarização dos Direitos Trabalhistas. Foram debatidos por especialistas em Direito Trabalhista e Sindical os desafios para superação de uma possível flexibilização generalizada do trabalho (com terceirizações e subcontratações sem limites e irregulares). O encontro foi realizado pela Central no auditório do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Como uma forma de precarizar os direitos e "modernizar" a escravidão, a flexibilização das relações de trabalho tem sido usada com o único objetivo de aumentar lucro em detrimento da valorização do trabalhador, da sua dignidade e de sua integridade física.

Fortalecida no Brasil a partir da década de 1990, com o avanço do neoliberalismo, a prática coleciona altos números de doença e acidentes resultantes da jornada de trabalho excessiva, redução de salários e quase nenhum direito trabalhista. De acordo com estudo feito pela CUT, os trabalhadores de empresas terceirizadas recebem 27% menos. Mais de 70% têm menos direitos trabalhistas e a maioria trabalha três horas a mais por semana do que os contratados diretamente. Por causa da precarização das relações de trabalho, "temos 21 mil ações no TST de trabalhadores que estão querendo reparar direitos retirados", diz a secretária de Relação do Trabalho da CUT, Graça Costa.

Com a máscara de regulamentador da terceirização, o PL 4330, na verdade, ataca todo mundo, seja trabalhador do setor privado ou servidor público, inclusive os trabalhadores terceirizados, inviabilizando sua luta por igualdade de condições de trabalho e salário e tornando ainda pior a sua realidade. "O que a gente constata com este projeto é um nivelamento da precarização", avaliou Zilmara Alencar, da Comissão de Direito Sindical da OAB/DF, durante o Seminário. O PL 4330, em vez de regulamentar, "aniliquila direitos, pois tem o pior como parâmetro", completou.

Mentiras para driblar o trabalhador

O relator do PL 4330 na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, Arthur Maia (PMDB-BA), em entrevistas, tem tentado artificialmente negar que o projeto permita a terceirização de atividades-fim (principal atividade econômica desenvolvida por uma empresa). Ele alega que não se tem definido o que são atividades meio e atividades-fim e, por isso, tenta legalizar a terceirização de atividade especializada.

O assessor jurídico da CUT, Eymar Louguercio, desmentiu o parlamentar, explicando, no Seminário, que "o conceito de especialização é incapaz de traçar limites para a terceirização e não substitui a atividade-

fim". "O conceito de especialização, por si só, não impede a precarização", elucidou.

Diante disso, o PL 4330 permite a quarteirização, ou seja, uma empresa poderá contratar outra empresa, e assim por diante, até que se chegue ao trabalhador em condições análogas à escravidão. "Pessoas não têm valor, têm dignidade. O projeto faz exatamente o contrário: ele põe preço aos trabalhadores", explicou o procurador do Ministério Público do Trabalho, Sebastião Caixeta, com indignação aos participantes do Seminário.

Nenhuma responsabilidade

O projeto de lei do deputado Sandro Mabel também retira a garantia da responsabilidade solidária. Isso que dizer que, caso uma empresa dê o calote nos trabalhadores, a empresa contratante não terá qualquer responsabilidade sobre os atos da contratada. Sendo assim, a garantia de salário, FGTS e outros direitos dos trabalhadores não seriam mais um direito, mas uma incógnita.

"Esse PL não regulamenta coisa nenhuma. Ele apenas escancara ainda mais a exploração com a retirada da responsabilidade solidária. Para mim, esse projeto é uma vergonha", avaliou o deputado distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante (PT), outro debatedor presente ao encontro da CUT Brasília.

O que a CUT quer

A mesa de negociação quadripartite que analisa o PL 4330 nada avançou. Os empresários e seus aliados parlamentares continuam irredutíveis quanto à mudança do texto exigida pela CUT para atender os interesses e os direitos dos trabalhadores.

"Vamos enfrentar patrões e seus aliados parlamentares. Se tivermos que enfrentar o governo, vamos enfrentar, como sempre fizemos. Não podemos deixar essa herança maldita para os trabalhadores de hoje e os que ainda virão", avaliou o presidente do Sindicato dos Bancários, Eduardo Araújo.

Para a Central, não é possível negociar sem se assegurar a igualdade de direitos, as condições de trabalho e salário; a proibição da terceirização de atividade-fim; a manutenção da responsabilidade solidária entre contratante e contratado; e o direito à informação prévia sobre intenção de subcontratar serviços.

"Nossa missão agora é colocar toda a nossa militância nas ruas para pressionar os parlamentares e barrar o PL 4330. É mobilizar, mobilizar e mobilizar", conclamou Graça Costa, secretária nacional de Relação de Trabalho da CUT e mediadora do Seminário.

Plenária fixa ações

A votação do PL 4330 na CCJ está prevista para o dia 13 de agosto. Na próxima segunda-feira, dia 5, será realizada nova reunião entre empresários, bancada dos trabalhadores, governo e parlamentares, no Ministério do Trabalho. Centrais sindicais farão manifestação nacional na próxima terça-feira (6).

"Estamos em um momento crucial. Está para ser votado o PL 4330, projeto que detona a CLT e rouba os direitos dos trabalhadores. Nossa tarefa é de mobilizar nossa base, ir para rua e dizer não aos ladrões de direitos", afirma o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto.

A CUT Brasília e dirigentes dos sindicatos filiados realizam nesta sexta (2), às 10h, no auditório Adelino Cassis a Plenária da Classe Trabalhadora, quando serão avaliadas as ações realizadas nesta semana contra o PL 4330 e serão organizadas as novas manifestações para dizer não aos ladrões de direitos e derrubar o projeto de lei.

Fonte: CUT Brasília

CUT e centrais realizam mobilizações contra PL 4330 na próxima terça

Bancada dos trabalhadores participa de nova rodada de negociação na terça (6)

Em encontro ocorrido na quarta-feira (31), a CUT e as demais centrais sindicais avaliaram que a discussão com governo federal, empresários e parlamentares sobre o Projeto de Lei (PL) 4330, que regulamenta a terceirização e amplia a precarização, pouco avançou a favor da classe trabalhadora.

Para as entidades, há retrocesso nas propostas do governo e dos empresários sobre os seis pontos considerados prioritários pelos trabalhadores: o conceito de atividade especializada, os limites à terceirização, o entrave para a quarteirização, o significado dado à responsabilidade solidária (aquela em que a empresa contratante é responsável por quitar dívidas trabalhistas deixadas pela terceirizada), o caso dos correspondentes bancários e a organização e representação sindical.

Enquanto as negociações continuam, o texto de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), que já

recebeu aval do relator do PL na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara (CCJC), deputado federal Arthur Maia (PMDB-BA), aguarda a votação, prevista para o dia 13 de agosto.

Diante dos entraves, o secretário Geral da CUT, Sérgio Nobre, reforçou o papel das manifestações marcadas para 6 de agosto em todo o país, em busca de um diálogo que mude o rumo da história atual.

"No estágio em que está a discussão, estamos longe de um acordo. Vamos reforçar a mobilização do nosso povo no dia 6, porque sempre que conseguimos combinar mesa de negociação com mobilização de massa, saímos vitoriosos. O envolvimento dos nossos sindicatos, federações e confederações será determinante", disse.

O dirigente sindical aproveitou também para lembrar os espaços conquistados nos últimos meses, graças a manifestações lideradas pela CUT.

"Há dois meses, muitos diziam que deveríamos nos preparar para melhorar o projeto, porque seria aprovado com certeza. E não só emperramos o andamento, como ainda conquistamos uma mesa quadripartite de negociação que não podemos abandonar, por saber que existem milhões de trabalhadores terceirizados sofrendo com precárias condições de trabalho".

O povo precisa saber

A próxima rodada da mesa quadripartite acontece na manhã da próxima segunda-feira (5). Ao final das discussões, as centrais sindicais irão construir uma nota unificada sobre os debates, que será lida em todos os atos espalhados pelo país diante das entidades patronais.

A ideia é fazer com que a população conheça de qual lado estão o governo federal, os empresários e os parlamentares e, de tal modo, possa cobrá-los para que não joguem na lata do lixo os direitos conquistados com muita luta.

Ruim para todos

Para a secretária de Relações do Trabalho da Central, Maria das Graças Costa, o desafio será justamente levar à população o tamanho do estrago que o PL causará.

"Estamos apostando com muita ênfase no diálogo com a população e com a própria classe trabalhadora. Quem perde com a terceirização não é só o terceirizado, que sem uma regulamentação é discriminado e tem seus direitos negados, mas também o povo, que muitas vezes recebe serviço de má qualidade porque faltam instrumentos de trabalho e condições dignas a esses trabalhadores. Se o PL não mudar, vamos parar o Brasil", garantiu.

Terceirizados ganham menos e adoecem mais

De acordo com um estudo de 2011 da CUT e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais semanalmente e ganha 27% a menos. A cada 10 acidentes de trabalho, oito acontecem entre terceirizados.

Estima-se que o Brasil tenha 10 milhões de terceirizados, o equivalente a 31% dos 33,9 milhões de trabalhadores com carteira assinada no país.

Fonte: CUT

Sequestros para roubos de carros-fortes é tema de debate

Vigilantes se reúnem na câmara de Campinas (SP) para debater sequestros e roubos a carros fortes.

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) concentra todas as ocorrências de sequestros de vigilantes seguidos de roubos a carros-fortes do Estado.

Segundo o Sindicato das Empresas de Transporte de Valores do Estado de São Paulo e o Sindforte, a nova modalidade de crime vem sendo cometida somente nessa região do Estado.

As categorias se reuniram nesta quinta-feira (2), na Câmara de Campinas, com representantes da Polícia Militar e Civil para debater o assunto.

Desde os últimos meses de 2012 até está quinta (2), foram registrados 15 casos na região, sempre com o mesmo modo de ação.

"Campinas é a única região do Estado de São Paulo que tem essa modalidade de crime. Isso não vem ocorrendo nem mesmo na Grande São Paulo", afirmou o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Valores do Estado de São Paulo, Marcos Totoro.

As empresas e os vigilantes dizem que é preciso entender os motivos da região concentrar todos os casos e combater as facilidades que os criminosos vêm encontrando aqui.

"Se sabemos onde estão ocorrendo os sequestros e os crimes, é preciso melhorar a segurança nesses locais", afirma Totoro.

O major Euclides Vieira, representante do Comando de Policiamento do Interior (CPI) 2 afirmou que a Polícia Militar, a quem compete a prevenção à criminalidade, não

tem como agir nesses casos. “Esse tipo de delito não está na nossa mão. A PM é comunicada após o exaurimento do crime”, afirmou.

Os sindicalistas presentes no encontro, no entanto, discordam. Dizem que é preciso reforçar o policiamento preventivo nas regiões e rodovias em que os crimes costumam ocorrer.

“A gente que trabalha na escolta de valores sabe, por exemplo, que falta policiamento rodoviário em determinado local e é nesses locais que os bandidos agem. Se melhorar o policiamento preventivo, os crimes diminuem”, afirmou um dos sindicalistas que acompanhou a reunião, mas não se identificou.

Dificuldades

O tipo de crime, que costuma render cerca de R$ 1 milhão por ação, vem sendo praticado por quadrilhas especializadas e já está sendo replicado por muitos criminosos.

“Que outra modalidade de crime garante um ganho como esse? E é esse motivo que vem atraindo mais criminosos e dificultando o trabalho da polícia”, afirmou a delegada Denise Margarido.

O delegado Carlos Henrique Fernandes, da Delegacia de Investigações Gerais (DIG), disse que a Polícia Civil está empenhada em identificar e prender os bandidos. “Mas temos um problema real, são muitos casos, os grupos se multiplicam e a forma de agir tem sido replicada”, disse o delegado.

Outro fator que vem dificultando o trabalho da polícia é o fato de os sequestros só serem comunicados após a concretização do roubo.

“Isso dificulta nossa ação, é preciso que as categorias entendam que a nossa meta principal é sempre preservar a vida da família dos vigilantes”, afirma Denise.

Moção

Durante a reunião desta quinta-feira (2), os vereadores afirmaram que vão encaminhar uma moção ao Ministério da Justiça pedindo que seja adotado um protocolo único de segurança por todas as empresas de transporte de valores.

O objetivo é facilitar a proteção aos trabalhadores e aos familiares, já que atualmente cada empresa possui um protocolo diferente.

Sequestros

Os sequestros de vigilantes e familiares vem obedecendo a um padrão. Segundo o Sindicato das Empresas de Transporte de Valores de São Paulo, os criminosos procuram vigilantes que sejam casados, tenham filhos pequenos e morem em Sumaré, Hortolândia e Monte Mor. “Eles preferem famílias com crianças novas, de 5 a 10 anos de idade. Procuram mulheres que não trabalhem fora e que morem em casas”, afirmou o presidente do sindicato, Marcos Totoro.

Com base dessas informações, diz o sindicalista, as empresas montaram um plano de proteção aos funcionários. “Nós deslocamos seguranças para proteger os funcionários que se encaixam nesse perfil”, disse Totoro.

Segundo ele, as empresas dão todo apoio às vítimas do crime e oferecem acompanhamento psicológico.

O presidente da regional do Sindforte, Cláudio Lima, conta que os funcionários são os mais prejudicados pelo problema e ressalta que o número de licenças médicas vem aumentando nos últimos meses por causa dos crimes.

“Eles são penalizados pelos bandidos e, depois pelos patrões, que muitas vezes demitem os vigilantes que foram vítimas de roubos”, afirmou.

O presidente da Federação dos Seguranças e Vigilantes do Estado de São Paulo disse que a categoria não irá se calar diante de eventuais abusos cometidos pelas empresas.

“Se houver casos como o da empresa que demitiu por justa causa um vigilante que foi vítima do crime, nós levaremos o caso até a Justiça do Trabalho” , contou José de Souza Lima, presidente da Federação.

Fonte: Correio Popular

Grupo roubou mais de R$ 1 milhão em assalto a carro forte na Rodovia Dom Pedro

A quadrilha que assaltou um carro-forte na Rodovia Dom Pedro I (SP-065), em Campinas, na manhã desta quarta-feira, 31 de julho, levou R$ 1,3 milhão que estava em dois malotes.

A Polícia Civil apura a possível ligação do grupo e os suspeitos presos em Sumaré e Monte Mor esta semana.

A mulher e os dois filhos de um vigilante da empresa Prosegur foram feitos reféns, em Hortolândia, na noite de terça-feira, e liberados na manhã desta quarta, sem ferimentos.

De acordo com a Polícia Rodoviária, o funcionário da empresa de transporte de valores foi orientado a trabalhar e deixar os malotes às margens da rodovia. Dois homens em um veículo Corolla pegaram os malotes e fugiram sentido Rodovia Anhanguera (SP-330). Ninguém foi preso até a tarde desta quarta.

O vigilante e a família dele foram ouvidos na DIG e o delegado preferiu não comentar sobre o teor dos relatos, que foram encerrados por volta das 16h30. Em nota, a Prosegur informou que está à disposição da polícia para ajudar nas investigações.

Fonte: Portal de Paulínia

Projeto garante porte de arma a vigilantes de instituições de ensino

A Câmara dos Deputados analisa o projeto de Lei 5390/13, da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), que garante o porte de arma, em todo o território nacional, para os vigilantes de instituições de ensino federais. A proposta altera o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) e limita o porte de arma aos servidores públicos ocupantes dos cargos de vigilante do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação. Vigilantes terceirizados não terão o mesmo direito.

Andréia Zito explica que, antes do Estatuto, os vigilantes tinham direito ao porte de arma por autorização legal. Ela argumenta que, em universidades federais, os vigilantes são os únicos representantes da segurança do Estado dentro do campus e, por isso, devem ter estabelecido o direito de portar arma. "Os vigilantes das instituições federais de ensino exercem funções típicas de polícia e correm os mesmos riscos e estão expostos aos mesmos desgastes a que estão submetidos os integrantes das carreiras policiais", justifica.

A proposta tramita em caráter conclusivo - que não precisa passar por votação no plenário - e ainda será analisada pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Terra

Los sindicatos piden al Banco de España y al FROB que vigile a Liberbank

Los sindicatos CSICA y CSI-F han reclamado hoy al Banco de España y al Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria (FROB) que estén vigilantes con la situación de Liberbank, banco en el que advierten una "fuga de clientes y depósitos".

Los representantes sindicales de CSIC y CSI-F en Liberbank han celebrado una reunión en Valladolid para analizar la situación laboral de Liberbank, el banco formado por Cajastur, Caja Cantabria y Caja Extremadura.

El secretario general de la sección sindical de CSICA, Miguel Ángel Rodríguez, ha indicado en una rueda de prensa que han advertido en la entidad "una fuga de clientes y depósitos" después de que se haya comenzado a aplicar el expediente temporal de regulación de empleo al que está sometido la plantilla compuesta por unos 5.300 trabajadores.

Miguel Ángel Rodríguez ha evitado dar datos sobre la disminución de clientes y depósitos, pero ha señalado que es "evidente" y algo a lo que la dirección de la entidad, presidida por Manuel Menéndez, tiene que hacer frente.

Por otra parte, el secretario general de CSICA en Liberbank ha puesto de manifiesto la "incertidumbre laboral" en la que se encuentran los trabajadores de esta entidad bancaria, después de que la Dirección General de Empleo rechazara un acuerdo posterior al expediente de regulación alcanzado entre la dirección y los sindicatos CCOO y UGT.

Rodríguez ha asegurado que el rechazo de este acuerdo impide que la Dirección General de Empleo reconozca el derecho de los trabajadores de Liberbank a percibir una prestación por la reducción de sus salarios que, en algunos casos, llega al 50 por ciento.

Según ha denunciado el secretario de CSI-F en Liberbank, José Manzanero, la falta de reconocimiento legal de este acuerdo ha abocado a muchos empleados de la entidad a "una situación económica dramática".

El secretario de CSI-F ha acusado a la dirección de Liberbank de "incapacidad de negociar" y de "actuar de mala fe" para no resolver la situación laboral de la compañía, en la que algunos empleados además de verse afectados por los recortes salariales han sufrido traslados en sus puestos de trabajo.

Ante esta situación, CSICA y CSI-F, que en conjunto suman el 30 por ciento de la representación sindical en Liberbank, han convocado asambleas de empleados y estudian la posibilidad de presentar una denuncia contra el presidente de la entidad, Manuel Menéndez, por un delito societario.

Fonte: El Pais

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF